

As vidas das mulheres infames: biografemas e escrita de outras histórias em políticas públicas

The life of infamous women: biographems and writing of other stories in public policy

Raquel Rodrigues Bierhals; Luciano Bedin da Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO:

Este artigo parte de escutas e vivências de uma psicóloga junto à rede da assistência social de um município do interior do Rio Grande do Sul – RS. Parte-se do desejo de tecer histórias com mulheres que vivenciam os serviços desta rede, pensando suas escritas com contornos éticos-estéticos-políticos que *uma vida* pede. Fazendo uso de Michel Foucault, toma-se a vida destas mulheres a partir do conceito de infame. Trata-se de vidas silenciosas ou gritantes, de mulheres que ocupam o território da invisibilidade, tornando-se por vezes aquelas de quem se fala mal, criando-se uma espécie de fama chamuscada ou di/famação, por pequenas faltas desenhadas no cotidiano dos serviços e da rua. A noção de biografema é aqui sustentada como superfície possível para que tais vidas e afetos possam se fazer presentes, no encontro entre a trabalhadora psi e as vozes/corpos destas mulheres.

Palavras-chave: infâmia; mulheres; Assistência Social; escrita; biografemas

ABSTRACT:

This article starts with listening and experiences of a psychologist working in the social assistance network of a small city in Rio Grande do Sul state interior. We start with the desire of telling stories with women that live the services of this social assistance network, thinking the writing with ethical-aesthetic-political aspects that *a life* demands. Using Michel Foucault, we take the life of these women from the concept of infamy. It is about silent or glaring lives, of women that occupy the territory of invisibility, sometimes becoming badly spoken by society, creating a kind of scorched fame or de/fama/tion, for small faults drawn in everyday life of the network and the street. The notion of biographem is sustained in this article as a possibility of presence of lives and affections, in the meeting between the psychologist worker and the voices/bodies of these women.

Key-words: infamy; women; Social Assistance; writing; biographem

Introdução: vivendo entre a infâmia das mulheres e das políticas públicas

Em *Asas do Desejo*, filme de Wim Wenders de 1987, O anjo Daniel deseja ser como os seres humanos, mais exatamente quer sentir o que humanos podem sentir, seus

amores e suas dores. Em uma das falas mais memoráveis do cinema, esse anjo que paira sobre Berlim fala ao amigo:

É ótimo ser espírito e testemunhar por toda a eternidade apenas o lado espiritual das pessoas. Mas, às vezes, me canso dessa existência espiritual. Não quero pairar para sempre. Quero sentir um certo peso que ponha fim à falta de limite e me prenda ao chão. Eu gostaria de poder dizer “agora” a cada passo, cada rajada de vento. [...] Ter febre, dedos pretos por causa do jornal. Não vibrar apenas pelo espírito, mas por uma refeição, pelos contornos de uma nuca, de uma orelha. Mentir...deslavadamente. (ASAS, 1987)

A passagem acima dá uma dimensão de que afetos circulam por este texto. Como se fôssemos os anjos que olham a vida humana acontecer e em algum momento se veem engendrados nela. Entretanto, ao contrário dos personagens de Wenders, somos feitos de materialidades e afetos, vedada a possibilidade de manter-se fora da cena.

A escrita deste artigo se dá concomitante ao processo de produção da dissertação em Psicologia Social e Institucional de uma psicóloga trabalhadora de uma rede de serviços da assistência social. Lugar interessante, da prática psi no cotidiano de um serviço à produção de conhecimento em tempos sombrios. Nessa máquina, se engendram sujeitos, desejos, saberes.

Partimos do desejo de tecer histórias com as mulheres que vivenciam a rede de assistência social de um pequeno município no interior do estado, pensando sua escrita com contornos éticos-estéticos-políticos que *uma vida* pede. Histórias atravessadas por discursos que validam ou não suas realidades, expondo nosso modo de tratar tais narrativas, bem como de verdades e a mentiras enquanto moralidade acoplada à existência. Com Baptista e Silva (2017: 67), entendemos que “viver, subjetivar, escrever e inventar constituem um processo único e que só pode ser dissociado arbitrariamente”.

Talvez seja importante mencionar como colhi essas histórias, como chegaram até mim e, para além disso, que escolha foi essa de me apegar (ou me afetar) com histórias minoritárias em que o destaque recai sobre o filete cinza do cotidiano que atravessa tais existências. Em minha experiência enquanto psicóloga na rede básica de Assistência Social (em especial em um Centro de Referência em Assistência Social - Cras¹, mas não só) de um pequeno município no interior do estado do RS², ouvi e tive contato com muitas histórias de vida de mulheres. Histórias de minúcias, de imobilidades, de rompantes, de vivências dentro e fora de casa. Histórias que, em geral, não compõem o acervo das relevâncias do mundo, que não seriam dignas das grandes biografias dos heróis e da consciência histórica (COSTA, 2011). Histórias que tomaram

corpo e forma nos espaços de um Cras, algumas relatadas diretamente a esta que escreve, outras catadas nos espaços entre - fragmentos ouvidos atrás das portas, narrativas que se infiltram no vão do assoalho e em que a parede não deu conta de assegurar seu sigilo, outros, transportados no vento das ditas más-línguas.

Nesse caminho, acompanho algumas histórias de mulheres que nomeei infames. Nome pensado com os contornos que Foucault (2006) dava aos homens lidos nos documentos provindos dos arquivos do internamento, da polícia, das petições ao rei e das cartas régias com ordem de prisão, por volta de 1660 a 1760. Tais mulheres trazem consigo uma espessura que as aproxima dos homens de Foucault, mas são diferentes, levando a me perguntar: quem são essas mulheres e que escolha é essa de escrever sobre elas? Silenciosas ou gritantes, elas ocupam o território da invisibilidade, tornando-se por vezes aquelas de quem se fala mal, criando-se uma espécie de fama chamuscada ou di/famação, por pequenas faltas desenhadas no cotidiano dos serviços e da rua.

Na escolha de aproximar-se das histórias de algumas mulheres infames, há certamente algo da *Minha História das Mulheres* em jogo, algo entre a coletividade da condição das mulheres e a história de cada uma de nós que coloca o desejo de escrever essas vidas em movimento. Barthes (*apud* COSTA 2011) dizia que há um certo egoísmo quando falamos dos outros e, nesse sentido, podemos antever um campo minado da transversalidade do comum, que borra as fronteiras do eu e dos outros, um nós que se compõe de diferenças e proximidades. Na escrita de outrem, um mundo possível, que reelabora elementos do cotidiano (CORAZZA, 2010), num jogo de atuais e virtuais que está sempre presente.

É interessante pensar que, mesmo em meio à política pública que se ocupa dessas vidas, os registros das mesmas muitas vezes se limitam a destacar suas faltas e necessidades: “retirou cesta básica”; “não compareceu ao atendimento”; “não cumpriu as condicionalidades do Bolsa Família”, fazendo com que a infâmia apontada por Foucault (2006) se atualize, com os contornos próprios deste território e, como tensionamos aqui, relacionados às questões de gênero presentificadas em discursos e documentos. Da mesma forma, muitas vezes tais vidas são objeto de avaliações psicossociais, relatórios, informações, etc., em que ficam expostas a sabe-se lá quantos agentes, engrenagens públicas que dizem, escrevem e avaliam.

Nesse artigo, toma-se como questão esses elementos que, ao saírem de vozes trôpegas e embargadas, são lançadas ao mundo, compondo com outras peças do

discurso coletivo, ainda que na confidencialidade de espaços protegidos ou não. Certamente não se trata de registrar tais movimentos com mais afinco e perfeição, mas de lançar outros olhares à escrita destas vidas. Trata-se, talvez, como aponta Costa (2010), de encontrar uma tática ou estratégia de permanência frente aos estranhos e íntimos fragmentos de vidas que passam por nós.

Para tanto, nos apoiamos em Rolnik (2014) ao sublinhar que, para dar língua aos afetos que pedem passagem, alinhada à ética que visa sustentar a vida em seu movimento de expansão, é preciso que tais histórias sejam contadas e contadas novamente, como um idoso que narra a si, atualizando seu mundo aos mais jovens, mandando lembranças de outrora, ainda que, a cada versão na composição com o ouvinte, a história se refaça. Temos assim que “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento rememorado é sem limites, pois é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois. E, em outro sentido ainda, é a rememoração que prescreve o rigoroso modo de textura” (BENJAMIN, 2012: 38-39).

A infâmia e as mulheres

Ao eleger a palavra infâmia para nomear algo que percebo no cotidiano do Cras e de toda uma organização social, tomo alguns riscos como parte deste processo, visto que tal palavra possui um sentido multifacetado e passível de muitas leituras. Benjamin (2012: 31), ao comentar a obra dos surrealistas, percebe que a infâmia foi reconhecida por eles como “algo pré-formado, sem dúvida na história do mundo, mas também em nós mesmos, como algo que nos é inculcado, até mesmo imposto. Nesse sentido, a infâmia é aqui pensada em seus muitos atravessamentos, inclusive tomando-se a infâmia de quem escreve compondo com estas vidas uma pesquisa acadêmica.

Ainda que neste artigo não tenhamos condições de nos debruçar sobre a vasta obra de Benjamin, vale lançar um olhar às suas leituras da obra de Baudelaire. Instigado pelas mudanças que o capitalismo vinha imprimindo na coletividade, Benjamin vê nos personagens do poeta todo um conjunto de estilhaços que registram a presença de sujeitos alheios ao capitalismo – a prostituta, o jogador, o marginal (SOLER e KAWAHALA, 2010). Nesses termos, podemos pensar com Benjamin a partir dessas figuras infames que compõem a realidade (de Baudelaire e também – por que não? – da

nossa), a construção da experiência coletiva para pensarmos o mundo contemporâneo, e no caso desta pesquisa, da experiência das mulheres.

No cotidiano do trabalho no Cras, pude perceber um certo engendramento que tomava algumas vidas como infames. Explico. São vidas que lá estavam a existir em sua suntuosa cotidianidade, até que, por algum movimento fora do eixo, passaram a serem olhadas e pensadas pelos dispositivos da máquina pública – serviços de saúde, assistência social, educação, judiciário, ministério público, polícia, etc. Mulheres tomadas pelo discurso do público – do governo e da comunidade – e faladas até seu esgotamento. Para além da vida vivida, há todo um falatório da cidade que dá conta de fabular sobre tais existências. São as mulheres mal faladas da cidade, tão pouco inspiradoras, mas que exercem algum fascínio e passam a ocupar o cotidiano das falas dos outros, falas que se sobrepõem a falas, no que o próprio cotidiano insiste em chamar de fofoca.

É nesse sentido que Tânia Galli problematiza a aparição da figura infame: “quando sua voz é proferida e ouvida, faz-se um balbucio da infâmia e amplia-se o tecido da própria realidade [...] Os discursos infamantes são produzidos como expressão de um tempo que comporta um passado que insiste” (*apud* MATTEDI et alii, 2014: 242-243). Nesses termos, podemos pensar que discursos infamantes se aproximam de discursos inf(l)amantes que, por sua vez, também inflamam, talvez não provoquem incêndios, mas uma chama contínua e baixa que, em seu insistente repetir, acaba por inflamar e suscitar discursos de verdade sobre estas mulheres, discursos carregados de moral. Face a esta imagem das falas que inflamam e causam incêndios, podemos nos debruçar sobre o verbo e pensar no processo de inflamação que tais discursos suscitam. Inflamação no sentido purulento, corporal, reativo a um agente patológico. Como se a infâmia produzida fosse a própria inflamação que o corpo se esforça a expelir.

Nessa reflexão sobre a infâmia, me utilizo especialmente do texto *A vida dos homens infames* de Foucault (2006) como inspiração para me aproximar do que se produz sobre a vida destas mulheres. Já no início do artigo, Foucault coloca que sua escolha não seguiu outra regra que não seu próprio gosto e afetação, dada a intensidade que o atingiu num primeiro momento do encontro com estas vidas reduzidas a poucas linhas.

É uma antologia de existências. Vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras. [...] O termo "notícia" me conviria bastante para designá-los, pela dupla referência que ele indica: a rapidez do relato e a realidade dos acontecimentos relatados; pois tal é,

nesses textos, a condensação das coisas ditas, que não se sabe se a intensidade que os atravessa deve-se mais ao clamor das palavras ou à violência dos fatos que neles se encontram. Vidas singulares, tornadas, por não sei quais acasos, estranhos poemas, eis o que eu quis juntar em uma espécie de herbário. (FOUCAULT, 2006: 203-204).

Foucault pontua como foi tomado de impressões físicas no contato com os registros de internamento de dois séculos atrás. Talvez este também seja meu critério ao transpor aqui a minha afetação ao ter contato com vidas infamadas/difamadas ao sul do mundo, numa peculiar região do RS, que comporta fortes marcas da imigração italiana e da Igreja Católica. São mulheres que por variados motivos acessaram a Política de Assistência Social e que passaram a dar visibilidade a modos de existência nos desvios do que se esperava delas, tanto no serviço – pelos técnicos que ampliaram as narrativas sobre tais mulheres – como na comunidade, por meio da fofoca e difamação, numa espécie de “glória às avessas”.

Ainda que na obra de Foucault a infâmia esteja ligada à obscuridade, cabe também a reflexão quanto a palavras próximas que compõe o grande arsenal do que se diz dos outros. Nesse caso, ao lado da infâmia, podemos pensar a própria fama e a difamação como derivações que se aproximam e se afastam dos discursos infamantes, evidenciando um espectro ampliado das construções sociais em torno das mulheres. Para ilustrar esse campo com fronteiras borradas entre Infâmia, fama e difamação, trago a história da Jandira.

Jandira era o que se pode chamar de mãe preocupada. Toda uma vida dedicada a ser uma mãe perfeita, sem erros. Para tanto, a igreja servia como suporte. Ali buscava a afirmação de tudo o que já sabia, mas com o respaldo de Deus, seus argumentos eram irrefutáveis. Com dois filhos adolescentes e uma menina pequena, não podia dar brecha ao diabo, que sempre atíça as pessoas para o mal. Tinha os olhos vidrados, era uma mulher virtuosa, e triste e azeda e neurastênica, como Nelson Rodrigues tão bem definiu essa casta classe de mulheres. Um dia descobriu que seu filho mais velho, já com dezessete anos, transava com a namorada. Nesse mesmo dia o expulsou de casa, entendendo que era uma boa forma de corrigir um erro tão malvisto aos olhos de Deus. Procurou a psicóloga do Cras mais para reafirmar sua posição, ainda que os efeitos disso tenham destrambelhado sua já frágil saúde mental.

Uns meses depois, acompanhando o filho, aquele mesmo que havia sido expulso de casa, fico sabendo que Jandira, dois dias antes do natal, abandonara a família,

levando consigo a menina. Foi viver com outro homem, em outra cidade, sem dizer palavra. O falatório foi grande. Pouco se sabe dos seus motivos, mas sua reputação de mulher virtuosa foi jogada no chão, pisada e repisada por uma boiada enfurecida e ávida por alimento. O marido abandonado, dias depois tentou suicídio.

Se, no texto de Foucault (2006: 204), a infâmia está nos registros das “vidas ínfimas que se tornaram cinzas nas poucas frases que as abateram”, aqui lançamos um olhar à infâmia que circula em outras paisagens, no imaginário em torno das mulheres, consideradas dignas ou indignas, alvos dos falatórios na cidade, mas também dos arquivos da máquina pública, como em registros de prontuários, relatórios e pareceres encaminhados ao Conselho Tutelar, Ministério Público, Judiciário e outros serviços da rede, frequentemente requisitados sobre as famílias acompanhadas. Do filete cinza que suas vidas comportaram até o encontro com o poder, momento em que se tornam objeto dos discursos alheios, temos a proliferação de discursos e registros sobre estas vidas.

Como Foucault, “o sonho teria sido o de restituir sua intensidade em uma análise”, mas dada a amplitude do feito, contento-me em reunir algumas histórias a fim de “reencontrar alguma coisa como essas existências-relâmpagos, como esses poemas-vidas” (FOUCAULT, 2006: 204-205).

Ainda que a força do texto de Foucault nos acompanhe na reflexão sobre a infâmia, é preciso destacar que quando falamos de mulheres, parece que a infâmia recai sobre algo que é próprio do gênero, ou melhor: de como o gênero é engendrado no social. Para dar conta de tamanho enredo, convido Regina para compor essa história.

Ela chegou no CRAS por ordem judicial. Havia mudado de município recentemente, com o objetivo de escapar dos olhos do Juizado de Infância que havia tirado sua filha maior e estava na iminência de abocanhar o menor. Nosso trabalho era emitir pareceres sobre a situação atual de Regina e sua condição de criar seus filhos e, na medida do possível, auxiliá-la na direção de ser uma pessoa melhor. Ao que tudo indica, o papel a ser desempenhado por ela era ser uma mulher-mãe perfeita ou com pequenos defeitos justificáveis. Só que junto da Regina havia tanto relatório e “*dizem que...*”, que era difícil saber se nos detínhamos ao que ela dizia e mostrava ou a seu passado registrado e enunciado aos quatro ventos. Havia a conselheira tutelar do outro município com pilhas de papel e uma voz ao telefone que anunciava aos berros que

Regina não podia ser mãe. No bairro também se falava: *essa mulher é louca*. Isso porque ela amava um usuário de *crack*, que levava sua frágil saúde mental ao colapso. Ela também mentia e fugia, sempre que possível e necessário.

Regina procedeu de forma a conseguir tudo o que se esperava dela: separou-se do marido, arrumou um emprego, passou a apresentar um discurso coerente e comprometido, sem nunca faltar aos atendimentos; de fato, “se organizou”. Falava de como sua infância tinha sido difícil, de como não sabia ser mãe por não ter tido ela própria uma. Uma paciente nos moldes que a psicologia gosta. Assim que Regina obteve a guarda da criança (em função dos nossos relatórios que afirmavam sua “melhora”), sumiu. Não só não compareceu mais aos atendimentos, mas em nossas tentativas de encontrá-la descobrimos que mudou de cidade com as crianças e o marido.

Se temos notícia da Regina, é porque o poder entrou em contato com ela, iluminou por um instante sua vida que poderia ter permanecido no escuro. É o que Foucault (2006: 207) diz, ainda sobre as partículas que nos chegam de seus homens infames: “O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto”.

Se há alguma diferença entre os homens infames de Foucault e as mulheres que trago aqui, ela é da ordem do tempo e do espaço, mas também de quem enuncia. Enquanto Foucault se deparou com os *restos* daquelas vidas, um punhado de palavras que séculos depois davam forma a existências difusas enunciadas ali, o que remonto aqui é da ordem da profusão de enunciados sobre elas, agora atualizados na política pública da Assistência Social ou, como bem colocado, o poder “constituído de uma rede fina, diferenciada, contínua, na qual se alternam instituições diversas da justiça, da polícia, da medicina, da psiquiatria” (FOUCAULT, 2006: 219). É como se Foucault se deparasse, dois séculos depois, com os relatos que construímos dessas mulheres. Nesse sentido, há mais pontos de encontro do que desencontro.

Mais uma vez, é preciso lançar um olhar sobre como esses relatos chegam até nós. Em geral, são as mulheres que mais frequentam um Cras configurando o que Cisne (*apud* FRITZEN, 2015) chama de feminização da assistência social, com destaque para o histórico da política que desde sua emergência até hoje é permeada pela responsabilização das mulheres que “cuidam” no SUAS (Sistema Único de Assistência

Social): das profissionais às usuárias, as mulheres são maioria nos atendimentos e equipes técnicas.

A centralidade na mulher-mãe que vem na esteira da matricialidade sociofamiliar, instituída na PNAS - Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), tem gerado debates e críticas ao modelo proposto pela Política. A crítica recai no lugar da mulher/mãe como principal elemento fomentador de mudanças, na expectativa de que se desempenhe papel ativo para a configuração de uma “boa família”, reforçando estereótipos sobre a condição feminina dentro de um viés biologicista que coloca como predisposições naturais a função de cuidadora no âmbito privado/doméstico (CARLOTO e MARIANO, 2008).

Nesse sentido, em decorrência do foco na matricialidade sociofamiliar, muitas vezes as histórias relatadas pela própria mulher a um psicólogo ou assistente social, ou mesmo à pessoa que a entrevista no Cadastro Único³, são aquelas relacionadas a seu papel esperado na organização familiar. Ainda que a proposta seja de propiciar dispositivos abertos de acolhimento, a própria mulher está tão enraizada em sua função materna e doméstica, que os relatos giram em torno das problemáticas a respeito dos filhos, marido, pessoas cuidadas, a casa, etc. Convido agora Gema para falar de suas coisas.

Gema foi encaminhada ao Cras na reunião de rede. Era um caso antigo no município que não logrou sucesso em nenhum dos serviços que topou em seu caminho. Havia passado inicialmente pelo Conselho Tutelar, em virtude da adoção de um filho de seu irmão que estava em um abrigo em Porto Alegre. O menino, diagnosticado (e medicado) desde cedo como psicótico, vivia a *via crucis* dos meninos institucionalizados, levado pela mãe, responsabilizada por esse cuidado. Ele estava sempre na iminência de ser expulso da escola: a esta altura, já frequentava o terceiro estabelecimento. Enquanto isso, todas as psicólogas do município atenderam a mãe ou o menino, sendo decretada a inabilidade de Gema, no alto de seus sessenta e poucos anos, de ser uma boa mãe.

Não sei como foi, mas em algum momento o menino desaparece das narrativas correntes e Gema passa a ocupar o centro das discussões. Ela era nervosa, falava sem parar de como se esmerava em deixar a casa limpa, diariamente, sempre. O guri, que gostava de mexer na graxa e com entulhos, chegava em casa, ligava todas as luzes e ia

cortar pão, deixando um rastro preto e farelento pelo caminho. Gema se angustiava porque o conselho tutelar a proibiu de utilizar métodos violentos, então deixava que ele fizesse tudo o que queria e em seguida ia limpando. As psicólogas, por sua vez, diagnosticavam sua passividade. No fundo dessa cena, há um pai, também idoso, mas não recordo seu nome.

Se fosse possível dizer uma palavra que definisse Gema, seria dedicação. Já havia passado por muita coisa, criação de seus filhos, os paridos e os adotivos, um câncer, o interminável serviço doméstico. Hoje, um tanto preterida por aqueles a quem se dedicou, vive a angústia do vazio. Nos tempos mais difíceis, descobriu que jogar-se no chão era uma forma de ser vista, cuidada. Da casa que peça a peça é limpa diariamente, faz um jogral de palavras para dizer da louça, do chão, do pó nos interruptores de tomada. Em uma infeliz tentativa de dizer para Gema minimizar esse aspecto em sua vida, ela lança no fundo da minha vergonha, um tratado do que significa a casa para uma mulher num bairro de casas, que com a porta aberta, recebe a qualquer momento, da rua e do além, visitas dos vizinhos, parentes e quem mais quiser se imiscuir no seu espaço acolhedor e limpo. Em meio a isso, teve a audácia de questionar as ordens de um conselheiro tutelar autoritário que lhe ordenava seus mais minúsculos movimentos. Passou a questionar se a escola era de fato um bom lugar para o filho. Mal falada na rede de serviços do município, continuava a ser olhada às avessas.

Quando passei a dedicar um tempo da minha semana a suas histórias e reflexões, aconteceu de por muitos momentos me entediar, pensar: para onde tudo isso vai? Como tanta tagarelice sobre coisas tão banais? Entendi que edificar uma coerência em meio a tanto trabalho não remunerado e uma completa abdicação de si em favor daqueles de quem se cuida - o marido, os filhos, sobrinhos, idosos, doentes - é um ato de mais força do que eu possa imaginar.

De um certo sono e tédio que a fala de Gema me causava, recordo-me que, dos registros dos homens infames, Foucault (2006: 211-212) se compadecia com o floreio dado às vidas mais dignas de pena, causando um efeito cômico: “há alguma coisa de irrisório ao se convocar todo o poder das palavras, e através delas a soberania do céu e da terra, em torno de desordens insignificantes ou de desgraças tão comuns [...] *Por que esse teatro tão enfático do cotidiano* (grifo meu)?”. Foucault identifica na confissão a tomada do poder sobre o cotidiano da vida, postulando assim a “obrigação de fazer

passar regularmente pelo fio da linguagem o mundo minúsculo do dia-a-dia, as faltas banais, as fraquezas mesmo imperceptíveis, até o jogo perturbador dos pensamentos, das intenções e dos desejos” (FOUCAULT, 2006: 212).

Já no final do século XVII, a confissão de cunho religioso é enquadrada e ultrapassada por um mecanismo de funcionamento diferente, ainda que o objetivo fosse o mesmo, tornando-se um agenciamento administrativo, com seus mecanismos de registros:

Para esse enquadramento, se utilizam, e sistematicamente, procedimentos antigos, mas, até então, localizados: a denúncia, a queixa, a inquirição, o relatório, a espionagem, o interrogatório. E tudo o que assim se diz, se registra por escrito, se acumula, constitui dossiês e arquivos. A voz única, instantânea e sem rastro da confissão penitencial que apagava o mal apagando-se ela própria é, doravante, substituída por vozes múltiplas que se depositam em uma enorme massa documental e constituem assim, através dos tempos, como a memória incessantemente crescente de todos os males do mundo. O mal minúsculo da miséria e da falta não é mais remetido ao céu pela confiança apenas audível da confissão; ele se acumula sobre a terra sob a forma de rastros escritos. É um tipo de relações completamente diferentes que se estabelece entre o poder, o discurso e o cotidiano, uma maneira totalmente diferente de o reger e de o formular. (FOUCAULT, 2006: 213).

É interessante observar que, ainda que tais procedimentos materializados nas formas de cartas régias com ordens de prisão e internamentos, contando com a presença generalizada da polícia, era uma forma de serviço público solicitadas ao rei pelos mais humildes:

Mas ela não era concedida com pleno direito a quem a pedia; uma inquirição devia precedê-la, destinada a julgar o fundamento da demanda; ela devia estabelecer se esse abuso ou essa bebedeira, essa violência e essa libertinagem mereciam, de fato, um internamento, e em quais condições e por quanto tempo: tarefa da polícia, que recolhia, para fazê-la, testemunhos, espionagens, e todo murmúrio duvidoso que faz névoa em torno de cada um. (FOUCAULT, 2006: 214).

Vê-se toda uma cadeia política entrecruzar-se com a trama do cotidiano, colocando nas mãos de cada um que tivesse habilidade para fazê-lo, para seus próprios fins e contra os outros, os mecanismos da soberania, inserindo-se no mais elementar do corpo social: “de súdito a súdito – e, às vezes, trata-se dos mais humildes –, entre os membros de uma mesma família, nas relações de vizinhança, de interesses, de profissão, de rivalidade, de ódio e de amor” (FOUCAULT, 2006: 215). Nasce assim uma infinidade de discursos que atravessa a vida cotidiana. “O insignificante cessa de pertencer ao silêncio, ao rumor que passa ou à confissão fugidia. Todas essas coisas que

compõem o comum, o detalhe sem importância, a obscuridade, os dias sem glória, a vida comum, podem e devem ser ditas, ou melhor, escritas” (FOUCAULT, 2006: 216).

Ainda com Foucault (2006), vemos que, das fulgurações cotidianas remetidas ao rei na França do século XVII, caminhamos paulatinamente para um discurso que se pretenderá baseado na observação e na neutralidade, munindo-se de uma rede fina que sustenta tais relações. A Psicologia também entra aí, com seus instrumentos de medição, normatização, de “fazer falar”.

Perscrutando o cotidiano

Mas afinal, o que é este cotidiano que tanto buscamos perscrutar? Blanchot (2007) diz que o cotidiano é o que há de mais difícil a descobrir, sendo aquilo que somos costumeiramente, no privado da existência. Nesse sentido, considera o cotidiano sem verdade própria: “o movimento consistirá então em buscar fazê-lo participar nas diversas figuras do Verdadeiro, nas grandes transformações históricas” (BLANCHOT, 2007: 235).

Assim, Blanchot ao tomar as reflexões de Hegel sobre os suspeitos durante a Revolução Francesa, mostra que a afirmação do universal em sua “brutal exigência abstrata”, deixa todo pensamento separado, toda vontade particular sob o golpe da suspeita. “Agir bem já não é o bastante. Todo indivíduo carrega dentro de si um conjunto de reflexões, de intenções, isto é, de reticências, que o condena a uma existência oblíqua”. Abre-se o espaço da suspeita e “ser suspeito é mais grave do que ser culpado” (BLANCHOT, 2007: 235).

Tal é o movimento do cotidiano, que não se deixa apanhar, sendo aquilo que escapa. De tal presença fugitiva, o cotidiano não se deixa reconhecer, representando a parte reservada, tendendo a incomodar e pôr sob acusação a obra do Estado. Assim, com Regina, Jandira e Gema, temos não só um fragmento de suas existências, mas o próprio Estado que faz *mea culpa* da precariedade de tais vidas, já que faz revirar a vida residual, “nossas latas de lixo e nossos cemitérios, rebotalhos e detritos” (BLANCHOT, 2007: 237).

Entretanto, essa banalidade é o que há de mais importante, evidenciando a vida em sua espontaneidade, tal qual é vivida, uma vez subtraída toda especulação enformada, coerência e regularidade, afirma-se a profundidade do superficial. Assim,

os dois lados sempre se encontram, o cotidiano com seu aspecto fastidioso, penoso e sórdido (o amorfo, o estagnante), e o cotidiano inesgotável, irrecusável e sempre

inacabado e sempre escapando às formas ou às estruturas (em particular as da sociedade política: burocracia, engrenagens governamentais, partidos). (BLANCHOT, 2007: 237).

Da confusão de claro-escuro que é o cotidiano “algo se acende, surge como um clarão sobre os caminhos da banalidade... É o acaso, o grande instante, o milagre. E o milagre penetra de modo imprevisível na vida... sem relação com o resto, transformando o conjunto numa conta clara e simples” (BLANCHOT, 2007: 240). É nesse momento que as vidas das mulheres são apreendidas, lançando-se luz sobre a existência ínfima, os detalhes que passariam despercebidos. É no detalhe dos movimentos de Gema, ao começar a questionar as ordens do conselheiro tutelar e fazer valer seus conhecimentos que dizem que não é só na escola que se aprende. É nos detalhes de um amor proibido que Regina faz-se ver e é tomada como incompetente na exigência de dar-se somente aos filhos.

Ao associarmos a infâmia de algumas mulheres aos rumores de tais engrenagens governamentais que fazem proliferar discursos e registros sobre tais existências, acrescentamos os rumores das ruas. A rua, observa Blanchot (2007: 242):

possui esse caráter paradoxal de ter mais importância do que os locais que conecta, mais realidade viva do que as coisas que reflete, tornando aquilo que toma por objeto, público. Dessa forma, “aquilo que se esconde, ela o arranca da obscuridade... ela publica o que se passa alhures, em segredo; ela o deforma, mas insere-o no texto social. E o que é publicado na rua não é no entanto realmente divulgado: diz-se-o mas e esse “diz-se” não é levado por nenhuma fala realmente pronunciada, assim como os rumores se propagam sem que ninguém os transmita [...].

Essa parece ser uma das faces do que se diz sobre essas mulheres. Da rua, um discurso inflamante e sem nome que vai dando forma e fama ou infâmia às vidas que insistem em inventar-se. Nessa teia, os técnicos que participam “do outro lado” da constituição desses sujeitos ainda que se queiram isentos, também se alimentam de tais rumores.

Em Barthes (2004), temos que o *rumor* é o barulho daquilo que está funcionando bem. O rumor, nesse sentido, “implica uma comunidade de corpos: nos ruídos do prazer que “funciona”, nenhuma voz se eleva, conduz ou se afasta, nenhuma voz se constitui; o rumor é o próprio ruído do gozo plural - mas de nenhum modo maciço” (BARTHES, 2004: 94-95). Se partimos desse entendimento sobre o rumor, aproximamo-nos da ideia de que o que se produz sobre estas mulheres está em sintonia com um gozo social - e plural, ainda que cheio de fissuras.

Funcionar bem aqui não significa estar em prol da saúde, mas talvez se aproxime daquilo que coloca alguma vida no fora, resguardando aos dignos uma vida mais respeitável, sem condenações. Nesse jogo em que algumas mulheres são boas e merecem respeito, outras sustentam os males do mundo.

Mas se é das fissuras que emergem a vida em seu inesgotável fazer-se que escapa às formas pré-definidas, abrimos caminho para o biografema e a escrita de histórias de mulheres que, purulentas ou beatificadas, mostram-se às margens, fazendo com que apareçam outros modos de existência.

Da estratégia biografemática – como escrever uma vida?

Para escrever essas histórias, não podemos nos apoiar numa escrita que se sustenta em dicotomias ou supostas verdades sobre os fatos. Ao contrário de registros que supõem contar a realidade até mais real do que a própria experiência das pessoas, a aposta recai sobre as ficções que compõem o narrar próprio do que é fragmentado e errante. Ficamos com a imagem de “escrever como um cachorro que faz seu buraco, um rato que faz sua toca. E, para isso, achar seu próprio ponto de subdesenvolvimento, seu próprio dialeto, seu próprio terceiro mundo, seu próprio deserto” (DELEUZE & GUATTARI, 2014: 39).

Partimos da ideia de Deleuze e Guattari (2004: 35) em que “uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior”, e de que nela tudo é político, uma vez que cada caso individual é ligado à política, tomando valor coletivo, portanto. Assim, “não há sujeito, *há apenas agenciamentos coletivos de enunciação* – e a literatura exprime esses agenciamentos, na condição em que eles não estão dados fora delas, e em que elas existem somente como potências diabólicas porvir ou como forças revolucionárias a construir” (DELEUZE & GUATTARI, 2014: 38).

Nesse sentido, a noção de biografema criada pelo crítico e semiólogo Roland Barthes pode nos auxiliar, já que este está às voltas de “biografias mínimas, formadas por fatos mezinhos, gostos e impressões breves” (ABREU, 2015: 12). Barthes cria tal conceito justamente confrontando-se com o dilema de como escrever uma vida. Ainda que a palavra biografema apresente-se em vários momentos da obra de Barthes, temos em *Sade, Fourier e Loyola*, publicado em 1971, a presença mais clara da ideia de que a escritura rejeita servir de instrumento à representação do sujeito. Nesse sentido, “o jeito

é atacar pelas margens, retratar um sujeito que não o é, biografar mais o afeto sentido do que o agente que o causa” (ABREU, 2015: 12).

Temos no biografema uma nova posição diante dos signos que envolvem a vida do outro, na medida em que a escrita sugere espaços de liberdade frente ao vivido. É da relação com aquele sobre o qual escrevemos que eclode o biografema, “é um testemunho do detalhe e do minúsculo” (COSTA, 2010: 12).

Ao invés daquilo que é exemplar, ilustrativo e explicativo, o biografema testemunha o traço insignificante produzido pelo que foge, por aquilo que é comum e ordinário numa vida. A verdade ganha novos e imprecisos contornos - e seu próprio estilhaçamento é aqui sustentado como potência de vida. A consciência histórica cede lugar à consistência biográfica. Ao invés de apegar-se à cronologia, historiografia, linearidade, memória, profundidade, causa, finalidade, contexto, intenção, influência, profundidade e conjunto (palavras de ordem de uma consciência histórica), a consistência biográfica se vê enamorada de séries disjuntivas, fragmento, paradoxo, efeito, superfície, a-historicidade, acontecimento, esquecimento, do que é errante e fugidio. (COSTA, 2010:12)

É nessa mesma linha que Feil (2010) coloca que os traços que compõe uma escrita biografemática são justamente os detalhes que passam despercebidos, detalhes insignificantes de uma vida transformados em signos de escritura. Em comparação com a biografia, o biografema não se compromete com a história referenciada, “já que ficção e real confundem-se, os traços biografemáticos podem ser extraídos tanto da vida do autor, como de figuras, personagens, conceitos que movimentam as obras” (FEIL, 2010: 82).

Com biografemas temos o testemunho daquilo que faz corpo entre o escritor-leitor e as pessoas que narram suas histórias, “uma atualização que sempre traz consigo a névoa de possibilidades virtuais, uma refrescante umidade ao ressecamento dos cérebros históricos” (COSTA, 2011: 118). Não se trata de deixar a verdade de lado, mas de potencializar algumas criações, numa espécie de impostura textual, aproximando-se das narrativas que encontramos pelo caminho.

Assim, ao mesmo tempo em que se desinveste da escrita como campo neutro, da simples comunicação de sentidos e conteúdos que lhe seriam exteriores, tomamos narrativas, pesquisa e escrita como questão ética, política e estética, num exercício de criação de cenários intensivos, que nos parecem mais comprometidos com a vida. Nesse sentido, buscamos por meio da criação biografemática, lançar um olhar aos movimentos que tais mulheres colocam no mundo, ao mesmo tempo em que são lançadas questões sobre os modos de existência que temos em nosso social, sempre em vias de se fazerem

e se extinguirem, numa relação entre atualidade e virtualidade que passa também pelo exercício de narração e escrita das vidas.

É, portanto, do encontro com Gema, Regina, Jandira e tantas outras mulheres que trata este trabalho. Posicionamo-nos tal qual dramaturgo que toma para si não a tarefa da transcrição da verdade destas vidas, mas do encontro com elas. Do que fica desses encontros, o biografema traz ao mesmo tempo “falar do outro em mim e falar de mim no outro” (COSTA, 2010). Ao trazer os encontros com estas vidas, faço coro com Robbe-Grillet (apud COSTA, 2010) que ao lembrar de Barthes, escreve: “as cenas que residem com mais precisão na nossa memória são também as mais insignificantes, as mais inúteis: a gente guarda na cabeça, definitivamente, embora não saibamos muito bem o que fazer com elas” (14-15). É assim que um olhar alucinado, a descrição nervosa e pormenorizada de como se deve limpar um chão, a feição de uma mulher que *mente deslavadamente*, acaba por ocupar lugar privilegiado na memória.

Se demos a este artigo o título *As vidas das mulheres infames*, no plural, em alusão ao texto de Foucault (2006), é porque aí vemos a potência da multiplicidade que estas existências comportam, além e aquém da delimitação do que se diz delas. Nesse sentido, “a percepção das potências selvagens de um mundo que cria incessantemente, em uma lúdica eternidade que não começa e não termina num ponto único e que não cessa de inventar e de destruir, traz consequências radicalmente libertárias para as subjetividades”. (BAPTISTA; SILVA, 2017: 64).

Com Deleuze e Guattari (2014: 36) tomamos histórias individuais “tanto mais necessário, indispensável, aumentado ao microscópio, quanto toda uma outra história se agite nela”. É assim que na escrita biografemática apostamos em uma estratégia que move uma “vontade de escapar da esclerose do mesmo, um desejo de alguma outra coisa qualquer sempre que se fabula uma nova origem, como *um romance que inventa a si-mesmo*” (COSTA, 2010: 48).

Numa perspectiva ética, apostamos em práticas “escritas” que afirmam o caráter incerto do mundo, o que significa

afastar-se da premissa a partir da qual a ação correta é aquela que interpreta adequadamente as circunstâncias, que é capaz de nomeá-las, de sabê-las inequivocamente para bem conduzir-se ao largo do erro e da maldade. O materialismo tal qual o filosófico, só poderá pensar uma ética que seja também performativa, inventora de mundos, num certo sentido, mais gestual do que intelectual. Essa ética não espera o deslindar dos acontecimentos para conhecê-los, mas, ao sabê-los irreversíveis ao modo de kairós, toma parte na sua produção (BAPTISTA; SILVA, 2017: 64).

Nesse momento da escrita, desejosos de uma conclusão que nos apartasse de dúvidas e conflitos quanto a escolhas feitas ao longo do texto, tomamos partido na Comunidade do Improrrogável, este que

diz-nos respeito e fala-nos de um tempo de urgência, de tensões das quais gostaríamos de nos livrar e para as quais desejaríamos resoluções. Coloca-nos em um estado de luta contra algo, e, provavelmente, contra nós próprios, invadindo-nos com sua estridente sirene, como um grito de perigo lançado no meio da noite, alagando de medo, dor e sofrimento os espaços de nossa existência. (FONSECA, 2017: 12).

Para além de uma posição ressentida quanto aos acontecimentos inelutáveis do mundo, tomamos o improrrogável, tal qual Fonseca (2017), em seu plano de urgência, mas que dada sua complexidade, não encontra solução única e final. Essa busca de um por vir, de um direito ao devir, tal qual Riobaldo que ao adentrar nas veredas do sertão, diz: *Viajar! – Mas de outras maneiras: transportar o sim desses horizontes!* (ROSA, 2015, p. 321), apostamos em outras escritas enquanto tarefa improrrogável.

Referências

- ABREU, Luis Felipe. Silveira de. *Escrever a vida: potências de biografemas no perfil jornalístico*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.
- ASAS do desejo. [DER HIMMEL ÜBER BERLIN]. Direção de Win Wenders. Berlim: Video Filmes, 1987. 1 DVD (127 min).
- BAPTISTA, Luis Antonio; SILVA, Rodrigo Lages e. A cidade dos anjos do improrrogável. *Polis e Psique*, vol. 7, nº 1, p. 49 – 73, 2017.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. Em: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8ª Ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 37-50.
- _____. O surrealismo. Em: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8ª Ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 21-36.
- BLANCHOT, Maurice. *A conversa infinita: a experiência limite*. São Paulo: Escuta, 2007.
- BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF, 2004.

- CARLOTO, Cassia Maria; MARIANO, Silvana. A família e o foco nas mulheres na Política de Assistência Social. *Sociedade em Debate*, Pelotas, vol 14, nº 2, p. 153-168, jul.-dez./2008
- CORAZZA, Sandra Mara. Introdução ao método biografemático. Em: COSTA, Luciano Bedin da; FONSECA, Tania Mara Galli (Org.). *Vidas do fora: habitantes do silêncio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 85-107, 2010.
- COSTA, Luciano Bedin da. O destino não pode esperar ou o que dizer de uma vida. Em: COSTA, Luciano Bedin da; FONSECA, Tania Mara Galli (Org.). *Vidas do fora: habitantes do silêncio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 47-69, 2010.
- COSTA, Luciano Bedin da. *Estratégias Biográficas: o biografema com Barthes, Deleuze, Nietzsche e Henry Miller*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- FEIL, Gabriel Sausen. O simulacro e o biografema – de A a Z. Em: CORAZZA, Sandra Mara. (Org.) *Fantasia de escritura – filosofia, educação, literatura*. Porto Alegre: Sulina, p. 79-91, 2010.
- FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. Em: _____. *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222, 2006.
- FONSECA, Tania Mara Galli. O destino não pode esperar: apontamentos sobre a inelutável improrrogabilidade. *Revista Polis e Psique*, vol. 7, nº 1, p. 6 – 24, 2017
- FRITZEN, Juliana Pires. A Feminização da Assistência Social: discutindo gênero e sua interface com a proteção social. *Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social*. UFSC - Florianópolis/SC - 27 a 29 de outubro de 2015.
- MATTEDI, Ana Paula; BARROS, Maria Elisabeth Barros de; CARVALHO, Sílvia. Prostituição: criação de outras cenas. Em: FONSECA, Tania Mara Galli; CARDOSO FILHO, Carlos Antônio; RESENDE, Mario Ferreira (Orgs.). *Testemunhos da infâmia: rumores do arquivo – Porto Alegre: Sulina, p. 239-250, 2014.*
- ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 21ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar y; KAWAHALA, Edelu. Uma Leitura da Infâmia em Walter Benjamin e Michel Foucault. In: *Anais do III Seminário Internacional Políticas de la Memória: recordando a Walter Benjamin. Justiça, história y verdad. Escrituras de la memoria*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Memoria, p. 01-09, 2010.

Raquel Rodrigues Bierhals

Psicóloga e mestranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.
E-mail: rbierhals@gmail.com

Luciano Bedin da Costa
Psicólogo, doutor em educação e docente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.
E-mail: bedin.costa@gmail.com

¹ O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade. (acesso em <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>).

² O nome do município não será mencionado, na intenção de preservar a identificação das pessoas. Entendendo, além disso, que as narrativas tem o poder de compor similaridades com outros territórios.

³ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.